

UMA DISCUSSÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

Yuri Gagarin Sabino¹, Friedhilde Maria Kustner Manolescu²

^{1,2}Universidade do Vale do Paraíba/Mestrado em Planejamento Urbano e Regional/Av. Shishima Hifumi, 2911 - Urbanova/ yurisabino@gmail.com, frida@univap.br

Resumo: O presente artigo discute o desenvolvimento econômico de uma forma geral e o desenvolvimento endógeno, de forma particular, como estratégia de melhoria e superação de indicadores econômicos e sociais numa determinada região. Comenta as mudanças estruturais ocorridas no Vale do Paraíba ou Cone Leste Paulista, que alteraram a dinâmica sócio-econômica e aceleraram o processo industrialização e urbanização. Discute ainda a teoria do desenvolvimento endógeno como forma de organização espacial e a regional. São José dos Campos apresenta três fases de industrialização. A primeira, de 1920 a 1950, com a implantação das primeiras de indústrias de bens de consumo; a segunda, de 1950 a 1990, com a consolidação do parque aeroespacial; e o terceiro período de 1990 até os dias atuais, considerada tipicamente de desenvolvimento endógeno, quando foram implantadas ao lado das instituições e ensino e pesquisa, as incubadoras e parques tecnológicos.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, desenvolvimento endógeno, arranjo produtivo local.

Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O presente trabalho discute o desenvolvimento endógeno como estratégia de melhoria e superação das dificuldades econômicas e sociais de uma determinada região/local. Diferente do desenvolvimento exógeno, que pressupõe a ação de fatores externo para o desenvolvimento regional, o desenvolvimento endógeno se alicerça, em grande medida nas potencialidades locais.

O estudo é motivado pela necessidade de se aprofundar a compreensão dos processos de crescimento e desenvolvimento econômico e social, bem como elaborar estratégias e identificar ferramentas de análise regional e planejamento que auxiliem países e regiões. Discute-se, numa revisão bibliográfica, os modelos lineares e de *spillovers*, os modelos neoclássico-shumpeteriano e os modelos evolucionistas.

Metodologia

O presente artigo é de natureza descritiva. Fundamenta-se, portanto, numa revisão bibliográfica sobre o assunto e faz uso de livros e artigos e periódicos.

Resultados

Os estudos sobre a questão do desenvolvimento endógeno, dentro do escopo maior da análise do desenvolvimento local e regional, permitem identificar ferramentas de análise, tais como o quociente locacional, medidas de concentração e dispersão espacial das atividades econômicas, medidas entre outras.

Cardoso (1995) quando considera o desenvolvimento como o mais político dos temas econômicos, enfatiza que por volta dos anos 1960 esse fenômeno se identificava, em grande medida, com a idéia de progresso material e crescimento econômico. Partia-se do pressuposto que o mero progresso material levaria os países e/ou regiões ao progresso social. Com o tempo a inserção internacional de países/regiões e seus níveis de articulação, coordenação e subordinação; o modo de produção; a presença e o papel do Estado; o regime político e as instituições passaram a também serem analisados como fatores que contribuem para o desenvolvimento.

Dessa forma, segundo Campos (2005), a dimensão endógena refere-se, assim, quando o desenvolvimento é determinado por atores que estão internos à região, tais como empresas, sindicatos e outras organizações.

Ainda assim, segundo Amaral Filho (2001), o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que configura: i) uma ampliação contínua da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção e a capacidade de absorção da região; ii) retenção na região do excedente econômico gerado e iii) atração de excedentes oriundos de outras regiões.

A articulação entre essas esferas permite, portanto, que no longo prazo uma determinada região assuma a liderança em relação às demais.

Segundo Clemente e Higachi (2000) os modelos lineares e de *spillovers* de crescimento endógeno apresentam implicações teóricas e normativas. E isso remete-nos a duas questões importantes. De

um lado, o fenômeno do crescimento e o desenvolvimento regional no longo prazo precisam de uma análise de seus determinantes e condicionantes. Por outro lado, os fenômenos de convergência e divergência entre as regiões procuram saber se o crescimento econômico leva a um equilíbrio entre as rendas *per capita*.

Ainda assim deve-se registrar que os modelos neoclássicos tradicionais se mostraram incompatíveis com as evidências empíricas. Para Clemente e Higachi (2000), em primeiro lugar porque a produtividade do trabalho e a renda *per capita* vem aumentando. Em segundo lugar, a divergência entre taxas de crescimento e renda *per capita* também vem aumentando. Em terceiro lugar, a mobilidade dos fatores de produção e as diferenças de remuneração do capital e trabalho os fazem migrar entre países e regiões.

Ainda conforme Clemente e Higachi (2000) esses fatores conflitam com os pressupostos dos modelos neoclássicos. Neles, a convergência entre países e regiões pobres e ricos, a migração do capital humano e do capital físico de regiões atrasadas para desenvolvidas ocorre em função dos rendimentos marginais decrescentes do capital.

Já os modelos de *spillovers* procuram explicar o crescimento dos países e/ou regiões através de externalidades positivas advindas da acumulação de capital humano e conhecimento. Clemente e Higachi (2000).

Já os modelos neoclássico-shumpeterianos defendem a idéia de que o crescimento funda-se na inovação das empresas. Clemente e Higachi (2000) também diferenciam dois tipos de modelos de crescimento endógeno baseados na inovação. Os primeiros baseados na crescente variedade de produtos. Os outros no aumento da qualidade dos produtos.

E no caso dos modelos evolucionistas, estes partem da pressuposição que, semelhante às mutações biológicas, as mudanças econômicas estão fundadas nas inovações de produtos e processos feitas pelas empresas.

Os evolucionistas, ainda segundo Amaral Filho (2001), apresentam estudos mais descritivos “específicos para mostrar as particularidades das condições determinantes de cada caso de desenvolvimento local.”

Numa abordagem abrangente Higachi (1998) quatro situações. Discute o paradigma novo-clássico, as novas teorias neoclássicas do crescimento econômico, o modelo evolucionista e um modelo evolucionista de crescimento endógeno para a América Latina.

Com relação ao paradigma novo-clássico Higachi (1998) discute análise de R. Lucas e as características de comportamentos individuais, com racionalidade nas decisões e as características de ambientes econômico e as

interações de equilíbrio entre agentes representativos do ambiente econômico.

Num segundo momento discute a instabilidade da estrutura de parâmetros e a política econômica, que influencia as condições do desenvolvimento econômico.

Já com relação às novas teorias neoclássicas do crescimento econômico Higachi (1998) discute as problemáticas da coordenação e mudança econômica em ambientes de mudança técnica, organizacional e institucional. Assim, pode-se destacar na análise do desenvolvimento endógeno, o papel da coordenação (ou governança) num ambiente local e/ou regional e o papel institucional, ou seja, do poder público e instituições. Dessa forma, evidencia que os modelos tradicionais de crescimento econômico, que não consideram essas questões, tornam-se insuficientes para explicar uma trajetória de desenvolvimento endógeno local/regional.

Em relação aos modelos de crescimento endógeno a partir de *spillovers* Higachi (1998) discute os retornos crescentes externos e o equilíbrio competitivo. Os pressupostos são que os retornos crescentes externos de uma região; em relação a uma esfera maior, estado ou país; sugerem que a região está absorvendo excedentes externos, e isso configura uma condição de alavancar o desenvolvimento endógeno. E em relação ao equilíbrio competitivo entre regiões, sugere que as rendas *per capita*, produto, entre outros indicadores, podem convergir.

Ainda com relação às novas teorias neoclássicas Higachi (1998) discute os modelo lineares, que tomam os retornos constantes e o equilíbrio competitivo como bases para o desenvolvimento endógeno. Conclui que as novas teorias neoclássicas do crescimento econômico configuram uma ramificação da macroeconomia novo-clássica. Afirma ainda que esse conjunto de teorias apresentam três características gerais: i) a primeira, os microfundamentos de coordenação e mudança econômica se apóiam no pressuposto de agentes representativos “com preferências e tecnologias estacionárias e bem definidas” que maximizam a função lucro e utilidade; ii) é a concepção de economia como ciência exata, baseada em “argumentos demonstrativos” e assim somente hipótese teóricas permitem formular modelos econômicos formais; iii) a terceira característica é que as representações do crescimento econômico consistem num crescimento nulo (*stationary state*), o crescimento constante, sem mudanças estruturais (*steady state*) e o crescimento cíclico que sofre mudanças exógenas e contínuas na estrutura, o *unsteady growth*.

Com relação ao paradigma evolucionista Higachi (1998) discute as contribuições de R. Nelson e

S.G.Winter, onde os sistemas dinâmicos da economia são considerados não lineares, ou seja, não apresentam trajetórias regulares de comportamento, os agentes são heterogêneos e seus processos de decisão precisam ser considerados pois afetam a trajetória de desenvolvimento.

Ao final de sua abordagem Higachi (1998) discute uma proposta de modelo evolucionista de desenvolvimento endógeno para a América Latina. Nele os principais acontecimentos econômicos são relacionados, tais como o PIB *per capita* real, que permitem analisar a trajetória de desenvolvimento dos países e identificar o potencial de desenvolvimento endógeno.

Discussão

A presente discussão serve, assim, como cenário de análise das condições de desenvolvimento econômico e social do Vale do Paraíba Paulista.

Ao analisarmos as condições em que se deram as iniciativas de desenvolvimento endógeno podemos identificar algumas situações descritas por Amaral Filho (2001).

Manolescu e Krom (2008) argumentam que o modelo endógeno se baseia na capacidade de uma região gerar condições de transformação de suas estruturas produtivas. Além disso, as condições de industrialização e urbanização favoreceram a cidade, por este motivo os autores, definem três períodos importantes do processo de desenvolvimento econômico de São José dos Campos.

A primeira fase, de 1920 a 1950, é marcada pela instalação de indústrias de louça branca de pó de pedra, cerâmica, têxtil, entre outras. Essa pode ser considerada uma fase de busca de um modelo exógeno, onde o município tentava atrair empresas de fora e oferecia incentivos àquelas que empregassem mais mão-de-obra.

A segunda fase, compreendida entre 1950 e 1990, é marcada pela implantação do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), do CTA (Centro de Tecnologia Aeroespacial) e do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Essas instituições, pela natureza de reunir ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, tiveram o poder de criar as condições de estruturação de um arranjo produtivo de caráter tecnológico. Outros investimentos importantes reforçaram a direção do desenvolvimento do município na área industrial. Nesse mesmo período também se instalam a São Paulo Alpargatas, Matarazzo, Johnson & Johnson, General Motors, EMBRAER, Philips, Hitachi, Refinaria Henrique Lage, entre outras.

A terceira fase, a partir de 1990, enseja uma certa desconcentração industrial no Estado de São Paulo, quando as empresas começam um processo de realocação industrial, em busca de

melhores instalações, menores pressões sindicais e, sobretudo, menores custos de mão-de-obra e insumos.

Essa fase é fortemente influenciada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, serviços especializados e busca por ganhos de produtividade.

Este período Manolescu e Krom (2008) consideram de desenvolvimento tipicamente endógeno. Nele se evidenciam uma ampliação contínua da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção e a capacidade de absorção da região. O valor adicionado pelo município sugere também uma relativa retenção na região do excedente econômico gerado. Por fim, a cidade passa a atrair excedentes oriundos de outras regiões.

Em pesquisa de metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais, Crocco et alii (2006) consideram que os estudos empíricos tem-se dedicado a analisar concentrações industriais já conhecidas. Isso, claro, forma uma lacuna importante de metodologias que identifiquem o surgimento de aglomerações, fazendo com que aglomerações já consolidadas sejam privilegiadas em detrimento de aglomerações em formação. Dessa forma, a partir de dados secundários, utilizam a técnica de Análise de Componentes Principais para construir um Índice de Concentração. Esse índice aponta o potencial de uma "região específica em se transformar em aglomeração produtiva local".

Na pesquisa de Crocco et alii (2006) o município de São José dos Campos aparece com índice de concentração nas seguintes indústrias: fabricação e montagem de veículos automotores; fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação.

De fato, esses segmentos além do alto valor agregado dos produtos, de demandarem mão-de-obra qualificada, de desenvolver pesquisas e inovações, apresentam papel importante na balança comercial do país.

Entretanto, se essas cadeias de produção se concentram fortemente em São José dos Campos levam a uma concentração espacial do desenvolvimento endógeno, restringindo aos demais municípios buscar outras alternativas.

Os níveis de especialização são, portanto, muito importantes para criar as condições de alavancagem do desenvolvimento endógeno local, região ou país. Na abordagem de Riedl e Maia (2007) o quociente locacional (QL) é considerada a medida de especialização regional mais utilizada nas pesquisas que buscam conhecer melhor a estrutura econômica e, sobretudo, as potencialidades da região. Ainda segundo Riedl e Maia (2007, *apud* HADDAD, 1989) o quociente locacional compara a participação percentual de

uma região (em determinado setor) com a participação percentual no total do emprego do país. Quando o valor do QL é maior que 1, temos que a região é relativamente importante no plano nacional. Sugere também que a região tem potencial exportador, que deve ser aperfeiçoado. Por outro lado, um QL menor que 1 significa que a atividade é restrita ao plano e mercado regional.

A teoria do desenvolvimento endógeno, numa abordagem neo-shumpeteriana também sugere estratégias de organização industrial. Dessa forma, paralelamente ao longo dessas mudanças estruturais na economia de São José dos Campos, ocorreram grandes mudanças no padrão e comportamento das indústrias.

Segundo Campos (2005) o paradigma de produção baseado na tecnologia da informação e comunicação é caracterizado pela acumulação flexível, produção descentralizada e menos dependente de economias de escala. E esse modelo permite que as pequenas e médias empresas estabeleçam redes de apoio e cooperação científica, tecnológica e comercial. Em grande medida o paradigma de produção baseado nas inovações influencia, portanto, o desenvolvimento endógeno.

Outras variáveis podem ser elencadas como forma de potencializar o desenvolvimento endógeno. Nesse caso, a presença de governança institucional e os chamados capitais intangíveis, assumem papel muito importante.

O capital institucional é representado pelas instituições ou organizações públicas ou privadas. O capital humano, pelo estoque de conhecimentos e habilidades. O capital cívico, pelas práticas políticas e democráticas de confiança. O capital social, pela confiança mútua dos membros. O capital sinérgico, pela capacidade de articulação de forma democrática.

Dessa forma, numa análise de longo prazo, o desenvolvimento endógeno também depende da capacidade de organização política e social da população do local, região ou país. Uma discussão mais aprofundada pode ser vista em Putnam (2004).

Conclusão

O desenvolvimento endógeno pressupõe ser determinado por atores que estão internos à região, tais como empresas, sindicatos e outras organizações. Trata-se de um crescimento econômico que configura três situações: i) uma ampliação contínua da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção e a capacidade de absorção da região; ii) retenção na região do excedente econômico gerado e iii) atração de excedentes oriundos de outras regiões. O município de São José dos Campos teve, a rigor, três períodos de desenvolvimento econômico recente. A primeira fase, de 1920 a

1950, de indústrias de bens de consumo corrente com apoio institucional. A segunda fase, de 1950 a 1990, de base industrial. E o terceiro período de 1990 até os dias atuais que, segundo Manolescu e Krom (2008) é de desenvolvimento tipicamente endógeno. Além disso, fica evidenciada a ampliação contínua da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção e a capacidade de absorção da região. E o valor adicionado pelo município sugere também uma relativa retenção na região do excedente econômico gerado. Por fim, a cidade passa a atrair excedentes oriundos de outras regiões

Referências

AMARAL Filho, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. Rio de Janeiro, *Planejamento e Políticas Públicas*, n.23, jun.2001, p. 261-286.

CAMPOS, A. C. et al. A teoria do desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial. Maringá, *Acta Sci. Human. Soc. Sci.*, vol. 27, n.2, p. 163-170, 2005.

CARDOSO, F.H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, vol. 15, n.º 4 (60), out./dez. 1995.p.148-155.

CLEMENTE, A. e HIGACHI, H. Y. Economia e desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2000. CROCCO, M. et alii. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. Belo Horizonte, *Nova Economia*, 16(2): 211-241, maio/ago.2006.

HADDAD, Paulo Roberto (org.) Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB, 1989.

HIGACHI, H.Y. Teorias do crescimento endógeno: evolucionistas-shumpeterianos e neoclássicos-shumpeterianos. Campinas: UNICAMP-IE, 1998. Tese de Doutorado.

MANOLESCU, F. e KROM, V. A dinâmica do desenvolvimento sócio-econômico de São José dos Campos. São José dos Campos. Capítulo inédito no prelo.2008.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

RIEDL, M. e MAIA, C. M. Especialização e potencial endógeno na análise regional. Santa Cruz do Sul, *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v.3, n.2, p.27-48, maio/ago.2007.